

Uma antropóloga em um *campus* universitário da saúde

Soraya Fleischer

Departamento de Antropologia - UnB

soraya_fleischer@yahoo.com.br

RESUMO:

A área da Saúde Coletiva, no Brasil, tem primado, dentre várias coisas, pela interdisciplinaridade acadêmica e pelo investimento na formação no nível de pós-graduação. Em 2008, numa iniciativa de vanguarda e fruto da consolidação da área, a Universidade de Brasília criou o primeiro bacharelado no país em Saúde Coletiva, conhecido localmente como “Gestão em saúde”. Dentre os concursos para contratação de docentes, havia um perfil intitulado “Ciências sociais em saúde”. Preenchi os requisitos para essa vaga e fui contratada em agosto de 2008. Neste artigo, o objetivo é sistematizar as principais experiências que ali vivenciei como docente e refletir sobre a inserção e a participação de uma antropóloga em um quadro profissional interdisciplinar em saúde. Esse relato individual encontra eco e se beneficia dos vários registros já publicados por outros antropólogos com atuação na área da pós-graduação em Saúde Coletiva, mas julgo que, aqui, uma novidade é tanto o curso ser de graduação quanto o fato de que a presença dessa ciência social ter se dado desde o início do mesmo, em tarefas de bastidores (como a criação da grade curricular, definição da orientação para o trabalho de conclusão de curso, preparação de editais de contratação etc.). Para além das contribuições pedagógicas que a Antropologia pode oferecer ao exercício de descentramento do modelo biológico de saúde, foi notado como o olhar relativizador e a formação capacitada para sistematizar a memória de discussões, contextualizar e comparar argumentos, formular perguntas desnaturalizantes também têm lugar proeminente na constituição das esferas administrativa e política de uma nova faculdade

Palavras-chave: saúde pública, antropologia, Universidade de Brasília.

ABSTRACT: *An anthropologist in a university health campus*

The area of Public Health, in Brazil, has emphasized academic interdisciplinarity and the graduate formation. In 2008, as a vanguard initiative and as the result of the consolidation of the area, the University of Brasília created the first B.A. in Public Health in the country. Among the public selection processes available, there was one, in specific, “Social sciences in health”. I filled the requisites and was hired in August 2008. In this report, the goal is to systematize the main experiences that I have had as a professor in this course and reflect about the insertion and the participation of an anthropologist in a interdisciplinary professional milieu in health. This individual report finds resonance and benefits itself from the many reports already published by other anthropologists working in graduate levels in Public Health. But, here, I understand there is innovation because it is a undergraduate course and the Social Sciences were present since the very beginning. Beyond the pedagogical contributions Anthropology can offer in the exercise of descentering from the biological model in health, it was noted that the relativistic look, the effort to contextualize and compare arguments and situations and the formulation of denaturalizing questions can also be helpful in the constitution of the administrative and political spheres of a new *campus*. Also, it was noted that a certain “ethnographic twitch” followed my participation, and this can offer interesting epistemological discussion to our area.

Key words: Public Health, Anthropology, University of Brasília

RESUMEN: *Una antropóloga en un campus universitario de la salud*

En Brasil el área de la Salud Colectiva ha sido caracterizada, entre varias cosas, por la interdisciplinariedad académica y por la inversión que realiza en la formación de posgraduaciones. En 2008, en una iniciativa de vanguardia y fruto de la consolidación del área, la Universidad de Brasília creó la primer licenciatura en el país en Salud Colectiva, conocida localmente como “Gestión em saúde”. Entre los concursos para contratación de docentes, había un perfil intitulado “Ciências sociais em saúde”. Completé los requisitos para esa vacante y fui contratada en agosto de 2008. En este artículo, el objetivo es sistematizar las principales experiencias que allí viví como docente y reflexionar sobre la inserción y la participación de una antropóloga en un cuadro profesional interdisciplinar en el área de la salud. Este relato individual encuentra eco y se beneficia de los diversos registros ya publicados por otros antropólogos que actúan en el área de la posgraduación en Salud Colectiva, pero opino que, aquí, una novedad se suma: es tanto el hecho de que el curso sea de graduación como el hecho de que la presencia de esa ciencia social se haya dado desde el inicio del mismo, en tareas de bastidores (como la creación de currículos, definición de la orientación para el trabajo de finalización de curso, preparación de llamadas de contratación, etc.). Más allá de las contribuciones pedagógicas que la Antropología puede ofrecer al ejercicio de descentramiento del modelo biológico de la salud, aquí se resalta cómo la mirada relativizadora y una formación capacitada para sistematizar la memoria de las discusiones, además de contextualizar, comparar argumentos y formular preguntas desnaturalizantes también tienen lugar prominente en la constitución de las esferas administrativa y política de una nueva facultad.

Palabras-clave: salud pública, antropología, Universidad de Brasília

INTRODUÇÃO¹

Este relato pretende manter um tom experiencial. Não se objetiva aqui alcançar experiências circunscritas ao *status* de grandes vôos e generalizações. Com ares muito mais módicos, reúno algumas situações e pensamentos que fui coletando, de forma impressionista e um pouco desorganizada, ao longo de 12 meses, de agosto de 2008 a julho de 2009, em que convivi mais intensamente em uma Faculdade/Departamento que não de Antropologia, minha área de origem. Este relato parte de minhas notas mentais (chamadas por Ottenberg¹ de “headnotes”), de registros que foram feitos ao longo de reuniões e conversas e das centenas de emails que foram trocados entre mim e meus colegas e que ao longo desse período têm sido arquivados. Com eles alinhvei essas anotações que seguem.

Alguns são os objetivos desse relato. Primeiro, desejo problematizar um exemplo de interlocução entre a antropologia e outros públicos acadêmicos. Segundo, gostaria de contribuir para refletir sobre duas perguntas: A) Como é possível utilizar o olhar antropológico como estratégia e metodologia de trabalho em espaços não antropológicos? B) Como a nossa identidade se mantém, se modifica e se recria nestes espaços? E, nesse sentido, também percebo que uma contribuição como antropóloga pode ser justamente a sistematização de uma interpretação desta experiência pessoal, profissional e institucional

¹Aproveito para agradecer pela leitura atenta e crítica de Miguel Ângelo Montagner, que tanto acompanhou todo o período registrado e discutido nesse artigo. Colegas do Grupo de Estudo em Antropologia da Saúde, do Departamento de Antropologia, também leram e contribuíram para essa versão final.

vivida na Faculdade de Ceilândia, que está sendo construída na Universidade de Brasília. Este texto, portanto, está na leva das primeiras iniciativas de sistematização reflexiva sobre esse novo *campus*.

Este ano frequentando a Faculdade de Ceilândia demonstrou que a Antropologia pode se desenvolver em diferentes atividades de docência, pesquisa, extensão e administração. E assim procedi, em várias frentes. Contudo, este artigo se concentrará, principalmente, na ponta da administração e consolidação político-pedagógica desta nova faculdade, em seus cinco cursos de graduação que iniciaram no segundo semestre de 2008. Como alguns relatos já foram circulados sobre a presença da Antropologia na sala de aula de outros cursos^{2,3} e também em atividades de pesquisa e extensão interdisciplinares^{4,5}, acredito que minha inserção nas discussões a respeito da institucionalização da nova faculdade e do primeiro curso de graduação em Saúde Coletiva no país, bem como na convivência diária com colegas e estudantes deste *campus*, pode ser de alguma contribuição.

No início de 2008, um amigo me atentou para uma vaga aberta na Universidade de Brasília (doravante, UnB). Original da cidade e de volta depois de quase cinco anos morando em Porto Alegre para completar meu doutorado, pegou-me de surpresa a notícia, porque encontrei no sítio eletrônico da universidade não somente essa vaga, mas dezenas de outras, em vários outros departamentos e faculdades. A UnB, as universidades federais e estaduais, bem como as escolas técnicas do país passaram, ao final do Governo Lula, por uma ambiciosa

eforma, intitulada REUNI². Segundo o programa, de 2008 para 2009, dentre várias metas esperadas, o acréscimo cumulativo de novos docentes concursados e contratados em todo o parque universitário, por exemplo, foi de 1.808 para 5.869.³ O REUNI não é ainda uma política completamente consensuada no país, nem dentro nem fora das universidades. Nos primeiros estudos que têm surgido sobre essa nova política, surgem avaliações e algumas críticas sobre sua relevância e sobre as possíveis conseqüências para o ensino superior a longo prazo⁶.

A vaga em questão me chamou atenção por dois motivos. Primeiro, era uma vaga para a área de saúde (mais especificamente para o curso de Saúde Coletiva), tema que tenho tratado desde o início de minha formação na Antropologia e no qual eu pretendia continuar como pesquisadora. Segundo, os pontos de estudo

² O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) é uma das ações integrantes ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e foi instituído em reconhecimento ao papel estratégico das universidades – em especial do setor público – para o desenvolvimento econômico e social. Com o REUNI, o Governo Federal adotou uma série de medidas a fim de retomar o crescimento do ensino superior público, criando um programa multidimensional e, ao mesmo tempo, acadêmico, político e estratégico. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2008 e prevista para concluir-se em 2012, e pela oportunidade que representa para a reestruturação acadêmica com inovação que significará, em curto prazo, uma verdadeira revolução na educação superior pública do país (http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=2). Criação de novas universidades federais e consolidação das já existentes, ampliação do número de vagas discentes e docentes, aumento da permanência e conclusão dos cursos por parte dos discentes são algumas de suas principais metas.

³ Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=115&Itemid=8.

para a prova pareciam ter sido formulados por alguém da Antropologia ou alguém com formação próxima à área ou havia a intenção de atrair antropólogos ou, ao menos, o debate antropológico para dentro dessa área da saúde.⁴ Os dois motivos me atraíram imediatamente para a vaga. Preparei-me para os pontos e fui fazer o concurso.

Durante meus anos de formação na graduação e mestrado na UnB, eu tinha transitado prioritariamente pelas Ciências Sociais, História, Artes. Não tinha feito disciplinas ou assistido aos principais rituais públicos (defesas de dissertações e teses, palestras, eventos etc.) das ciências da saúde ou da saúde coletiva. E tampouco conhecia os professores que compuseram a banca deste concurso na Saúde Coletiva, do qual participei. Em seus *currícula lattes*, descobri que se tratava de uma antropóloga, um sociólogo e uma psicóloga. Mas a seleção docente era semelhante a outras que se passavam na mesma universidade: contavam com a aula didática, a defesa do memorial da carreira profissional e o currículo.

⁴ Para se ter uma idéia da “marca antropológica” impressa no concurso, veja os 9 pontos para a prova didática: **“A teoria das representações sociais e sua aplicabilidade ao campo da saúde; Antropologia da saúde, uma perspectiva crítica para analisar o campo da saúde; A hermenêutica como ferramenta teórica de aplicação ao campo da saúde; A etnografia como modo de produção de conhecimento em saúde; O lugar da cultura na aplicabilidade dos princípios e diretrizes que regem o Sistema Único de Saúde; O papel das ciências sociais na formação de recursos humanos em saúde; Relações entre Estado, cidadania e participação social em saúde no Brasil: uma visão histórica; A contribuição de modelos teóricos das ciências sociais para a avaliação de políticas públicas em saúde; A perspectiva comparativa das ciências sociais e sua aplicação ao estudo dos sistemas de saúde”** (grifos meus). http://srh.unb.br/extra/concursos_selecoes/2008/ed_021_08_dou_21-02-08.pdf Alguns desses pontos são moeda corrente dos cientistas sociais em saúde e, por isso, o edital também atraiu vários sociólogos, cientistas políticos e sanitaristas etc.

Foi muito oportuno ter sorteado o quarto ponto para a prova didática, “A etnografia como modo de produção de conhecimento em saúde”. Com base em minha última pesquisa, sobre parteiros e parto domiciliar na Amazônia brasileira⁷, pude apresentar exemplos e dados etnográficos para pensar o trabalho na área da saúde. Ao final da aula, o sociólogo me perguntou, “Ok, entendo que você sabe fazer pesquisa e etnografia, mas você será capaz de transmitir conhecimento das Ciências Sociais para os estudantes da saúde? Como você fará isso?”. Esta interpelação me dizia muito: uma aplicação pragmática e pedagógica seria cobrada se eu fosse selecionada. Ou, ao menos, parecia ser essa a forma com que se imaginava a contribuição das Ciências Sociais às outras áreas de conhecimento. A Antropologia serviria, mas apenas traduzida e como veículo para subsidiar discussões mais amplas e próximas das questões relativas à saúde em si. Nos próximos meses, eu viveria na prática essa pergunta que me fora dirigida pela banca. Começava, já na etapa do concurso, o desafio de pensar e adaptar nossa identidade em espaços não antropológicos.

2 Os significados dos espaços no contexto da institucionalização

O concurso anunciara uma vaga, mas depois de chamado o primeiro lugar, um sociólogo com formação em Saúde Coletiva em São Paulo, outra vaga surgiu e eu fui convocada. No mês de agosto de 2008, eu tomei posse e comecei a trabalhar imediatamente. Aos poucos, fui entendendo a complexidade desta realidade institucional. A UnB, inaugurada na década de 1960,

manteve-se circunscrita a um *campus* único e contínuo (Darcy Ribeiro) até meados de 2006, quando sua primeira extensão foi construída na cidade de Planaltina, dentro dos limites do Distrito Federal. Já em 2009, dois outros *campi* seguiram, o da Ceilândia e o do Gama, duas outras cidades locais. Em cada um desses três *campi*, o objetivo foi iniciar cursos dentro de uma primeira e mesma vocação. Assim, o *campus* de Planaltina se especializou em cursos das áreas agrárias e ambientais; o da Ceilândia, na saúde; e o do Gama, nas engenharias. Com o tempo, dizem as autoridades da universidade, a idéia é que cada *campus* vá incorporando mais cursos, departamentos e faculdades, assemelhando-se, assim, à diversidade típica esperada de uma universidade. A Faculdade de Ceilândia, como vem sendo conhecida e aqui optarei pela facilidade da sigla, FCE, em seu primeiro vestibular realizado em julho de 2008, abriu 240 vagas para os cinco cursos: Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Enfermagem e Gestão em Saúde, ou também chamada de Saúde Coletiva.

Quando tomei posse, notei que os outros 30 professores selecionados nessa primeira leva haviam chegado poucos dias antes de mim. E as aulas e atividades estavam acontecendo em um pequeno prédio de propriedade da universidade que tinha sido erguido no centro da Ceilândia, ainda na década de 1980, para atividades de extensão na área do Direito. Nesse pequeno espaço, dispúnhamos de 2 salas de aula, 1 sala de professores, 1 sala de reuniões, 2 banheiros, 1 sala para a secretaria e outra para a direção. Ficamos ali, sob forte aperto e calor da primavera seca de Brasília, de

agosto a novembro de 2008. Convencionou-se chamar essas instalações de “Provisório 1”. As notícias sobre a mudança para um segundo local vinham contraditórias e a conta gotas. Os estudantes e também professores passaram a reproduzir, com ares de chacota, uma frase diariamente pronunciada pela direção da FCE, “Iremos mudar em duas semanas”. Não se acreditava que a mudança seria breve. Em fins de outubro, dada a notícia de que o novo prédio estava pronto, mas sem ligação elétrica por detalhes “burocráticos”, os estudantes fizeram uma espécie de greve ou paralisação das aulas, forçando a mudança prematura para outro prédio, que vem sendo chamado de “Provisório 2”.

Essa pressão do corpo discente acelerou a ocupação pela FCE de uma porção de uma escola de ensino médio, ali mesmo no coração da Ceilândia. Uma pequena reforma do espaço foi promovida pela UnB com a promessa de deixar o investimento para a escola, uma vez a FCE passasse ao seu espaço definitivo, que está sendo construído a mais ou menos dois quilômetros de onde a faculdade se localiza no momento. Essa derradeira mudança também tem sido prometida “para o semestre seguinte” e até agora, tudo que temos notado é a chegada de mais 240 estudantes a cada vestibular e a ampliação do espaço usado dentro da escola.

Remonto propositalmente essa história do espaço porque ela tem sido, a meu ver, um dos discursos mais desestabilizadores na consolidação desse novo *campus* da universidade. Por um lado, o alunado entende o espaço improvisado,

quer o primeiro, quer o segundo, como certo descaso por parte da universidade e da política de educação superior com os novos *campi*. Frente ao *campus* Darcy Ribeiro, que vem sendo construído e reformado há décadas e conta com dezenas de prédios, faculdades, auditórios etc., os estudantes equivalem seu improvisado *campus* a um tratamento desrespeitoso com sua formação e demonstram uma indisposição em esperar que o *campus* seja construído ou amadurecido, inclusive politicamente. Uma taxa de evasão discente (mais perturbadora do que significativa) dos cursos da FCE⁵ para o *campus* Darcy Ribeiro ou para outras universidades, públicas ou não, tem sido notada⁶. Para além dos dados quantitativos de evasão, durante o período em que permaneci na FCE, havia um leve espírito de desencanto e desconfiança no ar, nas conversas, comentários e atitudes dos estudantes em relação à FCE e à própria UnB.

Por outro lado, além dos nossos estudantes, o imprevisto também afetava meus colegas. Vários deles provêm das áreas das “ciências duras”, como química, física, biologia, medicina, odontologia, por exemplo. E a falta de locais permanentes e minimamente equipados como laboratórios

⁵ Alguns professores, depois de experimentar a FCE, também decidiram fazer novos concursos, voltar para o *campus* Darcy Ribeiro ou mesmo mudar de universidade. Eu mesma, que fiz o concurso da FCE uma semana antes do concurso para o Departamento de Antropologia no *campus* Darcy, fui chamada para ficar lotada neste último e optei por fixar-me aí. A diferença é que não desejo cortar meus laços de docência, extensão e pesquisa com a FCE. Hoje, por exemplo, meu campo de pesquisa é na Ceilândia, justamente no bairro que circunscreve o novo *campus*. Os motivos para pesquisar e conviver nessas redondezas, que não pretendem ser estendidos aqui, também passam pela opção declarada de apoiar a implantação e consolidação desse novo *campus*.

tem sido interpretada como uma impossibilidade de instalar ali uma faculdade com cursos de saúde. O argumento do laboratório como equivalente à “ciência” e “excelência” é preconizado desde os primeiros tempos no “Provisório 1”. Certo relativismo era perpetuado pela direção da FCE, ao traçar um contraponto histórico com uma frase que muitas vezes ouvi: “Quando a UnB começou nos anos 60, as primeiras aulas foram em salas do Ministério da Saúde porque o *campus* central não estava pronto. Aos poucos, foram ocupando os prédios e constituindo o *campus*”. Mas, por outro lado, ao que parece, meus colegas temiam que o fato de um novo *campus* surgir de forma improvisada significava oferecer uma universidade de “segunda classe para a segunda classe”. Não havia uma tolerância para períodos de adaptação, já se esperava que, nos dias atuais, as universidades nascessem de forma muito menos morosa, onerosa e burocrática do que vimos nos anos de ditadura, por exemplo. Em comparação com o início da década de 1990, quando eu própria ingressava na graduação, noto que essa geração, de professores e estudantes, é marcada por outro ritmo, muito mais acelerado e tecnológico, fruto das próprias políticas bem sucedidas do CNPq e Capes, que impuseram uma profissionalização e visão produtivista de ciência.

A “retórica do laboratório”, muito relacionada à identidade profissional, de acesso a recursos de pesquisa e da consolidação dos núcleos de poder, não era tão sedutora nem central para mim e meus colegas das ciências humanas (educação, psicologia, sociologia, por

exemplo). Observávamos com olhar crítico e distanciado a urgência com que nossos colegas *hard* ficavam atentos aos editais públicos e aos pregões eletrônicos que visavam adquirir os caros equipamentos. Este colegas se reportavam com frequência às noites passadas em claro escrevendo novos projetos para atrair recursos e apoio político. Essa urgência e dependência financeira não inviabilizavam a prática docente e de pesquisa de nossa parte, mais *soft*. Embora eu solidarizasse com meus colegas cientistas, nossa convivência me ajudava a tornar mais claros os contornos da Antropologia. Era possível, naquele momento inicial de consolidação institucional, fazer meu trabalho sem muita parafernália tecnológica: eu precisava de sala de aula e quadro branco para conviver e dialogar com meus estudantes; uma sala de reuniões para discutir com os grupos de pesquisa que começavam a tomar forma; e estudantes interessados para começar a pensar seus temas de pesquisa. Depois, financiamento poderia ser buscado para alguns equipamentos (gravadores, filmadora, laptops etc.), bastante simples frente aos microscópios digitais, centrífugas de última geração, balanças sofisticadas que eu via nos orçamentos que vinham sendo diligentemente preparados pelos meus colegas.

A curto prazo, porém, duas outras condições eram importantes para o desenvolvimento das disciplinas das Ciências Sociais ali na FCE: disponibilidade de acesso a textos e livros. Na primeira listagem de livros a serem comprados, fui orientado que deveríamos escolher um

acervo básico e essencial para os primeiros semestres dos cursos e que cada livro poderia ter, no máximo, dois exemplares. Não foi possível incluir muitos títulos porque todos os 30 professores fizeram pedidos e o espaço destinado à biblioteca era bastante limitado (sobretudo em relação ao espaço generoso destinado aos três laboratórios instalados nesse “Provisório 2”). O acervo da biblioteca nascia, portanto, muito aquém da dimensão do alunado na FCE. Para compensar, sugerimos que uma copiadora fosse disponibilizada para que todos os estudantes pudessem ter acesso ao material a ser lido para as aulas, mas essa solicitação só foi atendida meses depois. Enquanto isso, muitos estudantes apelaram para versões eletrônicas dos textos para não ficarem despreparados para as aulas. É interessante notar como o argumento da técnica e do laboratório era mais sedutor e também dispendioso (em relação às condições necessárias para se estabelecer o *modus operandi* mínimo das Ciências Sociais), mas ainda assim prontamente atendido.

Por várias vezes, notei que para muitos professores ali era um desafio estarem lotados em cursos diferentes daqueles de onde provinham. Os químicos e biólogos, como também eu e um colega sociólogo, éramos, como denomino provisoriamente, “docentes-meio” para a formação de futuros fisioterapeutas e enfermeiros, por exemplo. Talvez o apeço pelo laboratório e os equipamentos configurasse também uma esperança de reter minimamente um espaço “físico e simbólico” de identidade profissional em um *campus* no qual, pelo menos por enquanto, não se diplomarão químicos,

biólogos e antropólogos nos próximos anos. Assim, equipar esses espaços lhes viabilizaria possibilidades de fazer alguma pesquisa em suas áreas de origem e manter seus *curricula lattes* atualizados e competitivos. Observei que, nas situações de conflito, a linguagem da insatisfação ou da frustração vinha na forma do “laboratório que não fica pronto nunca”, da “licitação para compra de equipamentos que atrasou” etc. Cabe apontar que muitos destes profissionais já tinham uma inserção, ainda que parcial, em pesquisas levadas a cabo em outros laboratórios (geralmente nas instituições que deixaram ao optar pela FCE), e, portanto, não eram exatamente pesquisadores, ditos, “sem lab”.⁶ Mas talvez, ao se sentirem “sem **seu** lab”, vislumbravam um novo *campus* como uma oportunidade de erguer um espaço laboratorial com “sua marca” ou “sua cara”. Talvez essa tenha sido uma das motivações para ingressar em um novo *campus* e em outros cursos, como era o caso da FCE.

Além de toda uma argumentação em prol de uma infra-estrutura, considerada “essencial” para a produção científica em um *campus* da saúde, também dedicamos muitas horas em discussões mais pedagógicas, mas igualmente políticas. Nesse sentido, tive a excelente oportunidade de pensar um curso de graduação desde seus primeiros passos. O grupo de 30 professores se dividiu entre os 5 cursos de graduação para desenhar suas grades curriculares com disciplinas e ementas, “planos político-pedagógicos”, acervo mínimo para a biblioteca e o perfil dos outros 110 professores que deveriam ser selecionados para completar o quadro

⁶ Devo esta lembrança ao meu colega Miguel Montagner.

docente da FCE. Por vezes, nos reuníamos em pequenos grupos, geralmente por curso; outras vezes, era preciso comunicar e deliberar sobre as decisões dos pequenos grupos em reuniões com todo o corpo docente, representantes discentes e direção. Esta configuração se chamava de “Colegiado”.

Na construção e ocupação de todos estes espaços e em todas essas tarefas, que deveriam ser assumidas e desenvolvidas por nós, meu olhar e postura como antropóloga estiveram presentes e foram assimilados de forma **heterogênea**, em termos de intenção e legitimidade, por meus colegas. Ora meu olhar era bem vindo, ora não. Ora era compreendido como eu esperava, ora não. Vejamos algumas dessas situações.

3 Os significados dos discursos no contexto da institucionalização

3.1 Dentro da Saúde Coletiva

Para começar, é preciso que fique claro que, até então, meu entendimento do que era a área da “saúde coletiva” era mínimo e caricato. Eu tinha contato com as principais revistas nacionais e com grande evento da área no Brasil (ABRASCO) e, eventualmente, encontrava algum/a colega antropólogo/a trabalhando em um departamento de Saúde Coletiva. Minha primeira apropriação dessa área foi compreender sua composição tripartite, isto é, as políticas públicas, as ciências sociais e as ciências da saúde (de cunho mais biologizante). Antenei-me rapidamente para a composição da área porque foi por esse viés que compreendi o meu pertencimento, como expoente da

Antropologia, no arranjo multidisciplinar mais amplo da FCE. Mas logo percebi que esse arranjo não era equilibrado: no plano proposto para o curso de Saúde Coletiva na FCE, as Ciências Sociais não tinham uma presença e nem uma previsão de presença (numérica e política) que equivalesse a **um terço** no colegiado específico da área e, quando presente, tampouco eram tidas como geralmente elas próprias se desejam ver representadas. Em todas as instâncias, esperava-se uma presença instrumental de nossa área, como eu ouvi, logo de entrada, na banca de seleção, e como irei ilustrar abaixo.

Os argumentos e as vozes dos profissionais da Educação, Enfermagem, Psicologia e Políticas Públicas eram mais audíveis e, ao final, ficavam visivelmente mais impressos nas versões finais, por exemplo, da grade curricular do curso de Saúde Coletiva. Para meu espanto, até o coordenador do curso, à época, que se apresentava como um sociólogo, corroborava a mesma visão dos colegas supracitados⁷. Por exemplo, em vez de as Ciências Sociais serem representadas em disciplinas como “Introdução às Ciências Sociais”, “Autores clássicos das Ciências Sociais” ou “Autores contemporâneos das Ciências Sociais”, onde os autores basilares da área poderiam ser apresentados e discutidos com os estudantes, optou-se, como uma solução de compromisso entre todos os professores lotados no curso de Saúde Coletiva e pela falta de hegemonia das

⁷ De certa forma, “herdamos” uma proposta de curso de graduação em Saúde Coletiva das experiências anteriores, no campus Darcy Ribeiro/UnB. Formatos de ementas de disciplinas, leque de autores a serem lidos, didática em sala de aula, por exemplo, foram sugeridos a nós, como bem me lembrou meu colega Miguel Montagner ao ler o presente artigo.

Ciências Sociais, que todos participariam de uma primeira disciplina, tradicional na área da saúde, nomeada de “Saúde e Sociedade I”.⁸ Ao longo do semestre de estréia da FCE, “SS1”, como ficou conhecida, se tornou uma colcha de retalhos, reunindo várias expertises profissionais. Essa solução provisória foi formalmente corrigida na confecção das ementas de uma tríade de disciplinas subseqüentes, “Saúde e Sociedade 1, 2 e 3”. Na primeira, figurava uma introdução às discussões clássicas das Ciências Sociais colocando em xeque a naturalização do mundo social. Na segunda, o foco era uma discussão das posições dos grupos sociais na sociedade, discutindo o Estado, as instituições sociais e temas críticos que buscassem colocar o indivíduo como um ser social e que interfere na história, logo como “sujeito”. E, por fim, na terceira disciplina, passar-se-ia às discussões das desigualdades em saúde, focando em grupos específicos, como recortes de etnia, gênero, geração, orientação sexual, vulnerabilidade etc.

Essa confecção, no entanto, não se consolidou até o momento em que permaneci lotada na FCE, pois a minha saída e a lenta reposição dos quadros específicos para as Ciências Humanas na FCE contribuiriam para que estes espaços mínimos não fossem ocupados, o que acabou cristalizando a disciplina “SS1” como uma terra de ninguém, na qual se continua com uma discussão

⁸ É bom lembrar que, nos dois primeiros semestres do curso, as disciplinas são, em sua maioria, tidas como “básicas” e, os próximos semestres concentram as disciplinas mais “específicas”. Isso significa, na prática, que naquele primeiro momento da FCE, os professores contratados para o curso de Saúde Coletiva deveriam assumir todas as disciplinas, em vez de esperar que suas disciplinas de pertencimento surgissem nos anos a frente.

generalizada do “social”. A proposta que predominou em “SS1” foi, por um lado, primar por uma discussão superficial de alguns autores (de preferência releituras e comentadores sobre os clássicos em vez de os próprios falarem por si) e, por outro, repousar a ênfase dessas disciplinas numa “prática didática”, na forma, por exemplo, de levantamentos de dados secundários e eletrônicos para elaborar diagnósticos panorâmicos sobre a saúde do Distrito Federal e seu entorno. A idéia é que algumas primeiras leituras ajudariam a interpretar esses dados e, ao final, os cursos ofereceriam aos estudantes um retrato esperadamente palpável do emprego das ferramentas das ditas “Ciências Sociais”. No final das contas, como ficou claro no nome da disciplina, “SS1”, a ponta de “saúde” ganhou proeminência e prioridade e mantém alguma relação com o abstrato conceito de “sociedade”.

Vale lembrar que, ao assumirem essas disciplinas básicas, meus colegas de outras áreas expressaram, inúmeras vezes, que não se sentiam confortáveis em ministrar conteúdos e discutir autores que desconheciam, e acabaram trazendo leituras e exercícios de suas próprias áreas de pertencimento ou, pior, quando se sentiam um pouco mais confortáveis, produziam uma certa “colonização” das Ciências Sociais ao identificarem uma relativa facilidade de se “apropriarem” dos conteúdos desta área^{3:340}. Suponho que o contrário, por exemplo, cientistas sociais oferecendo cursos específicos da Enfermagem ou da Terapia Ocupacional, jamais teria sido aceito. Assim, uma situação que deveria ter se mantido provisória acabou influenciando

a prática (não a essência) ementária de algumas disciplinas das Ciências Sociais, especialmente “SS1”. Passados estes primeiros semestres, ouço de meus colegas sociólogos que continuam lotados na FCE que é preciso “recuperar a missão original das disciplinas básicas das Ciências Sociais”, uma vez que os demais professores já começam a assumir as disciplinas por eles tão esperadas e mais afeitas ao seu *expertise* original.

Eu e um colega sociólogo, que lentamente constituíamos uma “frente pró-Ciências Sociais”, argumentamos várias vezes pela manutenção de um espaço essencialmente da área, para, numa ponta política, fazer jus à representação equitativa do tripé da Saúde Coletiva e, numa ponta pedagógica, permitir que fosse conhecida pelos estudantes como uma área independente e com sólido lastro histórico, teórico e metodológico. Contudo, não deveríamos pretender “ser um curso de Ciências Sociais”, como o coordenador à época gostava de repetir, mas incentivar que, nos semestres iniciais, os estudantes conseguissem se apropriar do que meus colegas já experientes da Saúde Coletiva reconheciam como “certo acúmulo útil” das Ciências Sociais. A ciência social “pura” não era exatamente bem vinda por ali.⁹

Para além da defesa de Ciências Sociais não apenas úteis, havia outro desafio vivenciado dentro do curso de Saúde Coletiva. Influenciados diretamente pelas

⁹ O debate sobre a “utilidade” já foi comentado por outros autores². Groisman, por exemplo, lembra: “A Antropologia instrumentaliza o quê? Quem? Para quê? Se não instrumentaliza, passa a ser considerada [,pelos outros cursos onde atua, como] irrelevante ou inútil”^{3:339}.

contribuições de cientistas sociais à área da saúde nas últimas décadas^{9,10,11,12,13}, era difícil aceitar a configuração de um curso de Saúde Coletiva excessivamente orientado por um olhar biocêntrico ou tecnicista. Imbuídos desse espírito, eu e o sociólogo conseguimos argumentar e defender três iniciativas que, de alguma forma, foram implementadas. Primeiro, argumentamos por um curso com um leque **mínimo** de disciplinas básicas das áreas de biologia, física e química para que a ênfase, de fato, repousasse sobre as disciplinas voltadas para a discussão política da saúde no país e na região, para informações sobre a história, administração e economia da saúde e, sobretudo, para o desenvolvimento da capacidade de reflexão e pensamento autônomos “capacidade essa que julgávamos poder ser estimulada mais especificamente pela Sociologia, Antropologia, Filosofia, Psicologia etc.”¹⁰ Segundo, pleiteamos para que o conjunto de disciplinas obrigatórias não fosse absolutamente assoberbante e, para tanto, sugerimos que um espectro amplo e criativo de disciplinas optativas estivesse disponível a partir da segunda metade do curso para que os próprios estudantes, um pouco mais maduros, pudessem escolher o caminho profissional a trilhar. E, terceiro, criamos um núcleo de disciplinas com conteúdos “a definir”, na forma de “Tópicos Especiais em Saúde Coletiva”, onde os professores efetivos e também os futuros visitantes pudessem desenhar os conteúdos segundo seus interesses imediatos de pesquisa,

¹⁰Essa postura é oposta ao que alguns antropólogos têm feito, em outros estados. Eles têm retirado as disciplinas da Antropologia dos outros cursos e preferido oferecê-las como optativas em seu próprio departamento de origem, mas abertas ao eventual interesse de alunos de outras áreas^{18:431}.

questões polêmicas do momento, demandas específicas do alunado etc. A idéia era estabelecer uma grade curricular um pouco mais livre (em relação aos cursos mais amarrados e tecnicistas que víamos nascer ali na FCE), permeável pelos interesses e prioridades do alunado, dos docentes e da saúde pública brasileira e também latino-americana.

De certa forma, hoje compreendo como um ambiente interdisciplinar pode ser propício às *science wars*, bem retratadas por Bruno Latour¹⁴. Em vez de construirmos juntos um curso de Saúde Coletiva e sua respectiva grade curricular com frentes disciplinares diferentes e, sobretudo, complementares e intercambiáveis, o embate tinha um intuito colonizador, tanto no sentido de convencer os outros pares da importância da própria área de origem de cada terço, quanto de que essa representatividade deveria ser a maior possível, ultrapassando em muito o terço que cabia a cada parte. Mas reconheço também que nossa estratégia era bastante reativa: víamos o espaço reservado para as Ciências Sociais cada vez mais exíguo e tíbio, e nosso ressentimento era devolvido, reproduzindo idênticos argumentos bélicos e corporativos. Meu amigo sociólogo e eu também marcávamos terreno. Repito, o ressentimento derivava tanto da **quantidade** minúscula de disciplinas que contariam com o aporte teórico e metodológico das Ciências Sociais, quanto da **qualidade** desse aporte, esperadamente pragmático, rápido, e facilmente digerível pelos estudantes. Em vez de pensarmos juntos sobre as possibilidades de diálogo **entre** as áreas (que poderia significar, na prática, a criação de disciplinas

oferecidas por dois professores de áreas distintas ou conteúdos co-dependentes, por exemplo), no final, lutávamos para que cada área tivesse seu quinhão independente e muito nítido de disciplinas. Este desenho, percebíamos, era estratégico para garantir certa reserva de mercado para o momento de definição dos futuros editais de contratação com perfis muito específicos da Sociologia, Antropologia e Ciência Política, por exemplo. Percebíamos rapidamente que havia uma equação muito simples orientando o jogo: mais disciplinas de nossa área = mais professores de nossa área seriam necessários para assumir tais disciplinas = nossa área se fortaleceria com a presença de uma equipe maior. E imagino que embates semelhantes devem ter acontecido nos outros grupos, ao discutir a relação entre a grade curricular e representatividade disciplinar ou vice-versa.

3.2 Dentro do Colegiado da FCE

Essa discussão, anunciada inicialmente como puramente pedagógica, mas que paulatinamente teve suas vestimentas políticas explicitadas, não era sentida apenas no pequeno grupo de meia dúzia de professores que à época compunham o curso de Saúde Coletiva. No Colegiado, a Saúde Coletiva como um todo representava uma *soft science* perante os outros quatro cursos. O argumento do “laboratório”, da “pesquisa quantitativa”, da “ciência” e da “excelência” era associado ao núcleo de “professores das básicas”, como se auto-referenciavam, e aos cursos mais *hard*, como Farmácia e Fisioterapia, principalmente.

"Na discussão sobre o número de vagas docentes destinadas a cada curso, por exemplo, um dos nossos argumentos que percebemos estrategicamente como mais forte para garantir mais professores e mais espaço para a Saúde Coletiva não provinha necessariamente de seu conteúdo e potencial de pesquisa ou de sua relevância política e acadêmica no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), mas do fato de que

¹¹ É interessante, contudo, fazer aqui um contraponto. Estes colegas da biologia, química e física, por exemplo, que, para os cinco cursos, ofereciam disciplinas tidas como "básicas", retinham para si um status positivo e prestigioso porque se argumentava que era justamente nesses primeiros três semestres que os estudantes teriam contato com a "ciência pura" ou, nas minhas palavras, a "ciência real". E, no decorrer, os cursos se tornariam cada vez mais especializados em suas áreas temáticas, nem sempre dependendo da prática laboratorial, da pesquisa quantitativa, do aprendizado tutorial etc. Esse não é o quadro percebido pelos antropólogos lotados em outros cursos que não a Antropologia. Como o antropólogo Pedro Nascimento me lembrou, quando ele oferece disciplinas para o curso de Direito na Universidade Federal de Alagoas ("Introdução à Antropologia" ou "Antropologia do Direito", por exemplo), elas são tidas como uma espécie de purgatório compulsório que todos os estudantes precisam suplantar para chegarem às disciplinas específicas ("Direito Penal", "Direito Civil" etc.) ou, no jargão nativo, as disciplinas "de verdade", aquelas "que realmente interessam". No mesmo sentido, Groisman comentou que "o professor de Antropologia em outros cursos precisa ser um 'craque em malabares' para prender a atenção do aluno"^{3:337}. Percebo, portanto, que a Antropologia e as áreas afins acabam por ser associadas duplamente a um desvalor: por um lado, nos cursos soft (Direito, Ciência Política, Jornalismo etc.), as disciplinas da Antropologia e Ciências Sociais são a condição "geral" (ou "auxiliar", como é denominado na UFAL) para se chegar ao "específico" do próprio curso; por outro lado, nos cursos "meio hard" (como a Saúde Coletiva), contrariamente, as disciplinas "básicas" ("Do átomo à vida", "Das células aos sistemas", "Mecanismos de Agressão e Defesa", para ficar com exemplos concretos dos primeiros semestres da FCE), identificadas com uma idéia de "ciência" e "conhecimento", acabam por ser mais valorizadas do que as disciplinas da Antropologia e Ciências Sociais. Nos dois casos, as Ciências Sociais são relacionadas a conteúdos tidos como "perfumaria"^{3:340} ou, no caso mais específico da Antropologia, como uma "coleção de curiosidades"^{3:339}.

mantinha a maior entrada no vestibular, 60 estudantes face aos 45 ingressantes em cada um dos outros quatro cursos. Assim, na esfera do Colegiado, meu colega sociólogo e eu precisávamos deslocar nosso foco das Ciências Sociais e juntarmos forças à Saúde Coletiva como um todo. Muito semelhante aos conflitos entre Nuer e depois entre Nuer e Dinka, etnografados por Evans-Pritchard¹⁵, no cenário geral, nossas micro diferenças não faziam mais tanto sentido. Cabe apontar que, assim como meus colegas da Química ou da Biologia, as Ciências Sociais também compunham o que era tido como a "área básica", mas era mais exitoso, no plano do Colegiado, nos associarmos à Saúde Coletiva, pois caso contrário a opção era desaparecer.

Para além da defesa da Saúde Coletiva (e, num segundo e discreto plano, das Ciências Sociais), observo que meu papel como professora e antropóloga no Colegiado tomava ainda outros caminhos. De início, meu treinamento permitia ficar muito atenta às palavras, informações e estratégias discursivas utilizadas durante estas reuniões. Eu era uma das poucas que anotava as discussões, as decisões tomadas, os encaminhamentos pendentes, por exemplo. Nos momentos em que o corpo docente se antagonizava com a direção da FCE ou da universidade, eu preferia saídas argumentativas a enfrentamentos e ataques pessoais que, infelizmente, surgiram em alguns momentos. Talvez minha estratégia soasse, para alguns colegas, como "diplomática", mas de forma muito simples, eu me atinha aos detalhes. Vejamos alguns exemplos.

Eu pedia que a direção apontasse

precisamente as fontes de certas informações que nos eram simplesmente comunicadas como “da reitoria”, por exemplo. Estas fontes poderiam ser nomes de autoridades responsáveis dentro da reitoria; evento e data nos quais o tema fora discutido e aprovado formalmente em algum Decanato ou Comissão; ou a referência específica do embasamento jurídico, a partir do regimento interno da universidade. Saber, precisamente, quais eram essas fontes, por um lado, nos munia de informações que poderiam ser checadas (e, se necessário, contestadas) e, por outro lado e também como conseqüência, deixava claro que não toleraríamos manobras e informações infundadas. Eu também procurava anotar as falas e decisões tomadas durante essas reuniões e sempre retomava essas notas nas reuniões seguintes. Essa atenção ao detalhe e à memória das discussões tinha, do meu ponto de vista, o objetivo de não permitir que a Saúde Coletiva saísse em desvantagem perante as outras áreas e também que os processos decisórios se mantivessem democráticos e transparentes. Contudo, percebo que, de minha parte, outros dois aspectos também estavam presentes, tanto uma “cultura institucional” quanto meu cacoete como etnógrafa.

Minha leitura é de que, naqueles primeiros meses da FCE, estávamos todos criando uma “cultura institucional” que, uma vez cristalizada, seria difícil de ser modificada a curto prazo. Quer dizer, eu percebia os efeitos dessas primeiras reuniões na *longue durée* da convivência na FCE e, mesmo que geralmente inócuas, minhas colocações tinham também o propósito de

ajudar a estabelecer um “clima” de lucidez epistemológica no Colegiado em vez de associar esse espaço a uma mera instância burocrática, enfadonha e regimental que simplesmente servia para cancelar coletivamente as decisões tomadas.

Noto que minha posição ecoava diretamente a minha prática profissional no sentido de sempre desconfiar (isto é, desnaturalizar) de discursos, fontes, informantes e também com o costume compulsivo de registrar o que é dito e observado. São práticas que adotamos quase instintivamente durante nossos trabalhos de campo e que aqui eram por mim reproduzidas. Assim, percebo que meu *ethos* como etnógrafa muitas vezes preponderava ou mesmo se associava fortemente ao meu *ethos* como professora, colega, representante do curso de Saúde Coletiva.

Mas, para muitos de meus colegas de outras áreas e cursos, o que saltou aos olhos com minhas constantes intervenções e perguntas, não foi necessariamente uma salvaguarda das Ciências Sociais (ou da Saúde Coletiva) nem de um espaço idealizado por mim como democrático para a FCE. Minha identidade de antropóloga não foi a que mais imprimiu sentido à minha presença naquele Colegiado. Muitos não tinham clareza do que faz, exatamente, a Antropologia. Prescindir de laboratórios, insistir numa biblioteca minimamente decente, assistir atentamente às reuniões de Colegiado, não acompanhar a redação dos projetos em prol de financiamentos para equipamentos e infra-estrutura, conversar informalmente com os estudantes e funcionários nos pátios

da Faculdade eram alguns exemplos do que meus colegas me viam fazer e talvez não fosse suficiente para constituir uma imagem de como a Antropologia trabalha. Embora me chamassem de “a antropóloga da FCE”, avento que minha identidade era mais claramente ligada a uma presença que, por enquanto, denomino de “tensionadora”. Na verdade, essa imagem não se restringia a mim e, também por isso, não posso associá-la precipitada e unicamente ao meu perfil como antropóloga. Eu e mais uma meia dúzia de colegas (nesse momento, não somente do curso de Saúde Coletiva) tentávamos não permitir que assuntos não fossem discutidos, além de introduzir pontos de pauta que haviam sido menos priorizados, retomar discussões que careciam de mais debate, fixar-nos na precisão das informações, trazer exemplos comparativos dos cursos do *campus* Darcy Ribeiro ou de outras universidades.¹² É bom lembrar que, claro, dissonâncias e hierarquias, por exemplo, sempre estarão

¹² A presença deste grupo era bastante visível no processo de elaboração das atas das reuniões de Colegiado. Alguns colegas pediam nossas anotações das reuniões para verificar, por exemplo, se as atas correspondiam ao que, “de fato”, havia sido discutido. Não me lembro de uma só ata que tenha sido aprovada sem correções. É interessante que a redação final da ata tenha se tornado um espaço privilegiado, onde se inscreveria na memória burocrática da universidade a visão sobre essas calorosas discussões do Colegiado. Reconhecíamos que acompanhar de perto a redação final dessas atas era, a partir da inclusão de informações que julgávamos faltosas e da exclusão do que julgávamos inexato, deixar registrada a nossa visão desse processo. Este processo de retífica constante sugere, a meu ver, dificuldades de comunicação e interesses entre as diferentes partes, cursos e professores que compunham o Colegiado, mas também evidenciava intenções, de todas as partes, de silenciamento (de informações que não seriam tidas como estratégicas para um dos lados, por exemplo), prioridade (de outras informações que seriam, sim, estratégicas) e poder (de conseguir, ao final, fazer as suas próprias inclusões serem aceitas e aprovadas pelo Colegiado), por exemplo.

presentes nos espaços acadêmicos, como em qualquer outro espaço de trabalho, e claro que essas situações teriam existido mesmo se eu não compusesse o quadro da FCE. Ao longo deste texto, aventuro-me a pensar se, como e quando a presença de profissionais das Ciências Sociais introduz elementos específicos, inesperados e produtivos na constituição de um novo *campus* universitário.

Este protagonismo gerou-me desconfortos, sentidos paulatinamente. Alguns colegas, geralmente os mais tímidos e calados, estrategicamente ou não, vinham me parabenizar repetidamente, após as reuniões, pela “bela oratória”, “clareza de pensamento”, “capacidade de síntese” etc.¹³ Em alguns momentos, me senti um “boi de piranha”, expondo-me excessivamente quando eu sabia que muitos outros tinham posição semelhante à minha, mas preferiam não se pronunciar. Talvez se percebessem conveniente e espontaneamente “representados” por mim e pelo pequeno grupo. Por vezes, eu me sentia solitária, quando ninguém mais sustentava minhas falas com votos ou comentários convergentes, embora antes e depois das reuniões eu ouvisse comentários

¹³ E fico a pensar o quanto a passagem profissional por grêmios estudantis, movimentos sociais, sindicatos e ONGs nos oferece uma formação e amadurecimento intelectual dentro de uma atmosfera extremamente política, de embates argumentativos, da conformação dinâmica dos blocos de poder, de ritos de representação, fala e memória em reuniões, assembleias, comissões etc. Muitos de meus colegas das ciências “hard”, por exemplo, tinham uma trajetória bastante individualizada e, por vezes, isolada dentro dos laboratórios e talvez o Colegiado e a FCE tenham sido a primeira experiência político-pedagógica mais expressiva e coletiva que tenham encontrado. Vale investigar se essas experiências têm, de fato, influência na trajetória dos cientistas sociais, de uma forma geral.

informais de apoio e concordância. E, outras vezes, eu me sentia um pouco “sem rosto” ao não ter a Antropologia compreendida em sua plenitude epistemológica, a ponto de não servir como a principal fonte de minha identidade, justamente em um ambiente acadêmico.¹⁴

Todas estas histórias e notas me fazem perceber que, nos ambientes coletivos da FCE (por exemplo, Colegiado, sala de professores, reuniões dos cursos, aulas e grupos de pesquisa, eventos formais na reitoria, contato com a mídia local etc.), diferentes configurações de embates de apresentavam. Ora eram as “Ciências Sociais” e as “Ciências Naturais”; ora era a “Saúde Coletiv” e a “Farmácia” (ou os outros cursos); as ciências *hard* e as *soft* (e outras nuances como “meio *hard*”, por exemplo¹⁵); as “áreas básicas” e as “áreas fim”; os “professores” e a “direção”; os “professores” (direção incluída) e os “estudantes” (na figura dos representantes discentes); a “pesquisa” e a “extensão”; ora eram a “FCE” e a “reitoria”, a “UnB” ou o “Ministério da Educação”; até mesmo, eventualmente, havia a “Antropologia” contra a “Sociologia”, quando eu e meu amigo nos antagonizávamos por razões internas e específicas das Ciências Sociais. As pessoas tomavam essas posições conforme a pauta em discussão e suas áreas

¹⁴ Müller² lembra como uma “precariedade da identidade disciplinar” é uma realidade frequentemente vivenciada por cientistas sociais em contextos de cursos de graduação e pós-graduação interdisciplinares.

¹⁵ Vale explicitar que essas categorias (*hard*, *soft*) são aqui utilizadas livre e provisoriamente por mim. Associo-as às idéias provindas do senso comum relativo ao mundo científico. Meus colegas da FCE não utilizavam nenhuma dessas categorias com frequência e, claro, estas últimas merecem ganhar um refinamento muito maior, em reflexões futuras.

de pertencimento disciplinar poderiam ser acionadas ou não como mais um elemento em jogo. Importante, a meu ver, é lembrar que a constituição institucional da FCE passava por todos esses meandros e embates muito localizados e não podemos, portanto, em nenhum momento despolitizar ou descontextualizar estas discussões. Embora difíceis, frustrantes e inimizadoras em alguns momentos, foram fundamentais para amadurecer tanto o tom da convivência entre todos os partícipes, quanto para dar a cara que a FCE tem esboçado diante da comunidade universitária. Essa cara está em plena construção e precisamos ter consciência desse processo para estabelecer muito nitidamente qual a contribuição que cada um pretende oferecer.¹⁶

4 Diferentes concepções de “antropologia” e de “universidade”

Percebo que minha participação recorrente era uma forma de, por um lado, intimamente manter minha identificação com um certo idealismo percebido nas iniciativas de expansão da UnB para novos *campi* e cidades do Distrito Federal, bem como com a expectativa que eu alimentava do que deveria ser “uma nova faculdade de saúde”. Se eu deixasse passar decisões com as quais eu não concordava ou, se nas decisões aprovadas não constasse minha discordância, a meu ver, eu estaria me eximindo da construção desse novo

¹⁶ Como indício, informou-me meu colega sociólogo, que as mesmas discussões têm retornado mais recentemente nas reuniões e negociações para a composição de um novo programa de pós-graduação: um certo desdém e recusa das “hard sciences” em compor um programa conjunto, interdisciplinar, com publicações nacionais e voltadas a um público brasileiro, que, segundo eles, tornaria este novo programa de “baixa pontuação” na CAPES.

campus. Diante de minha formação política e feminista, o silêncio não era uma opção.

Mas percebo, por outro lado, que a opção por essa participação ativa e vocalizada tinha por propósito também expressar publicamente meu compromisso com a construção coletiva da FCE. Era uma forma, inclusive, de demonstrar que, mesmo como uma “professora-meio” (isto é, responsável pelas disciplinas “básicas”), eu me sentia parte integrante e relevante naquele projeto. Em comparação, eu via outros “professores-meio” tendendo a aceitar com mais facilidade o cumprimento das decisões que vinham dos “professores puros” (ou “professores-fim”), auto-identificados a meu ver como “donos dos cursos”. Minha posição, de certa maneira, questionava essa hierarquia entre os professores que, na minha leitura, era justamente ilustrado pela insistência da importância das Ciências Sociais no curso de Saúde Coletiva ou mesmo a importância do curso de Saúde Coletiva no quadro da FCE. Mas na leitura de alguns colegas, não eram as Ciências Sociais que estavam sendo por mim defendidas. Para eles, minhas constantes intervenções e perguntas me associavam a uma pessoa “chata” e “inconveniente” que, de forma recorrente, retomava assuntos tidos como “concluídos” ou arrastava discussões que deveriam ser rápidas e protocolares. Este incômodo provocado pelas minhas colocações nas reuniões de Colegiado me identifica com a experiência vivida pela antropóloga Alinne Bonetti, em sua atuação numa organização não governamental em Porto Alegre, onde, numa premiação simbólica empreendida anualmente dentro

da instituição e envolvendo todas suas funcionárias, ela recebeu a alcunha de “grilo falante”.¹⁶

Percebo que meu olhar da Antropologia produzia uma espécie de “vigilância” no sentido de prestar sempre muita atenção ao que era dito e ao que era feito. Tudo podia ser revestido de sentido e nenhum comentário, nenhuma ação passava como aleatória ou gratuita. Atentar para os significados que talvez existissem em pequenas ações e falas produzia um efeito potencialmente explosivo, a meu ver, porque ampliava, para o espaço público e coletivo, o que naturalmente se reservaria à uma idiosincrasia pessoal e privada ou à uma intercorrência pontual e insignificante. A percepção para estes significados e uma certa capacidade de alinhar vários exemplos em padrões de fala e de ação me permitia traçar cenários, tendências e atmosferas que talvez existissem ali na FCE. Esta tática era eventualmente percebida de modo diferente pelos meus colegas, estudantes e superiores.

Para alguns colegas das áreas das exatas, essa capacidade de observação, análise e generalização era uma novidade e estimulavam minha presença nas reuniões como uma “contribuição” importante. Para meus estudantes, quando as questões políticas, pedagógicas e administrativas da FCE eram debatidas em sala de aula, essa faceta do olhar antropológico lhes soava, talvez, como libertadora no sentido de oferecer chaves interpretativas para problemas que, antes, apenas lhe pareciam como detalhes esparsos e sem fundamentos ou como conflitos improdutivamente

maniqueístas. Ampliar o olhar e relacioná-lo com um contexto político e histórico maior oferecia uma oportunidade de exercitar uma reflexão distanciada de seu próprio presente. Projetar-se para fora daquela realidade imediata permitia analisar a mesma em vez de naturalizá-la como uma esfera onde ninguém ou nada poderia interferir para mudar. O relativismo e a comparação ajudavam, portanto, como ferramentas de reflexão e, mais importante, de implicação pessoal e imediata numa realidade que se desejava diferente.

Contudo, para aqueles sujeitos ligados mais diretamente às esferas decisórias dos cinco cursos e da FCE, minha presença ganhava outros ares, mais próximos de uma “impertinência” ou “inconveniência”, sobretudo porque estas eram as pessoas mais interessadas em emitir uma imagem coesa e eficiente desse novo *campus*. Da mesma forma, jornalistas que eventualmente apareciam para apurar denúncias de morosidade na construção do novo *campus*, por exemplo, ou lideranças dos centros acadêmicos que insistiam em discutir pontos tidos como “falhos” na administração da universidade, eram sistematicamente invalidados, ou pior, silenciados na esfera pública da faculdade. Discordar de uma decisão ou incentivar para que um tema recebesse mais tempo de debate acabava por ser interpretado como uma atitude explicitamente crítica. Sugerir que outras prioridades e soluções pudessem ser aventadas acabava por ser tido como uma certa “traição” ao projeto “original” da FCE. Essa associação foi ainda mais recorrente no período em que anunciei que

iria mudar definitivamente minha lotação para o Departamento de Antropologia. Minhas colocações e críticas soavam, a partir de então, como “cuspir no prato em que se havia comido” ou uma fala não implicada e comprometida com os desafios imediatos e cotidianos vividos ali. Mudar de *campus* era mais fortemente acionado do que a autoridade que poderia derivar da experiência concreta que eu acumulara ali.

Eu aprendia que, também na universidade, dissenso não é necessariamente compreendido como um proveitoso trampolim para a consolidação de um espírito de corpo, mas geralmente interpretado como motivo para sectarismos, indisposições e antipatias. E talvez aqui enfrentemos dificuldades semelhantes àquelas que têm sido apontadas por nossos colegas que fazem pesquisas *up*¹⁷, sobretudo se, como eu considerei acima, nossa participação como antropólogos no mundo acadêmico e universitário ressoa e replica, de alguma forma, nossa participação nos campos etnográficos. Diferentes projetos de “universidade” conviviam ali e eu tentava delinear qual era meu próprio projeto e como um olhar antropológico poderia ser útil e, ao mesmo tempo, ser diversamente apropriado pelos meus pares. Eu tentava, a um só tempo, perceber o que, da Antropologia, eu poderia resgatar como ferramenta útil para a construção do novo *campus*, e negociar os sentidos “muitas vezes inimagináveis” que meus colegas, chefes e estudantes livremente identificavam e atribuíam a mim, às vezes como antropóloga, outras vezes, como “professora”, “das Ciências Sociais”, “da Saúde Coletiva” etc. Os jogos

de espelhos e estranhamentos disciplinares vividos foram muitíssimo proveitosos para entendermos um pouco mais sobre nossas áreas de pertencimento original e as múltiplas formas que estas nos ajudam a conviver no cenário interdisciplinar da saúde. Neste texto, tentei recuperar algumas das principais situações em que eu e colegas das Ciências Sociais fomos desafiados a manter interlocuções com outros públicos acadêmicos e, no meu caso, do ponto de vista da Antropologia, como minha identidade foi apreendida e atualizada nos espaços e nos discursos que compunham este início de institucionalização da FCE. Embora já contemos com um acúmulo de registros sobre a presença dos antropólogos em outros espaços de trabalho não universitários, em que o encontro e diálogo com profissionais provenientes de outras áreas do conhecimento são uma realidade imediata, acredito que ainda é necessário registrarmos os encontros que se dão dentro das universidades, com colegas de outras formações e configurações institucionais.

A esperança é que esses tensionamentos e reflexões, esboçados no presente texto, possam contribuir de alguma forma à FCE, a outras universidades em processos de expansão, bem como à própria Antropologia, felizmente cada vez mais presente e popularizada em outros cenários disciplinares, que não na sua própria zona de conforto.

REFERÊNCIAS

1. Ottenberg, S. Thirty Years of Fieldnotes: Changing Relationships to the Text. *Fieldnotes: The Makings of Anthropology*. Ed. Roger Sanjek. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 139-160.
2. Müller LHA. Reflexões sobre o ensino da Antropologia em cursos de pós-graduação interdisciplinares. In Grossi MP; Tassinari A; Rial C (Orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006, pp. 379-384.
3. Groisman A. Ensino de Antropologia em 'outros cursos'. In Grossi MP; Tassinari A; Rial C (Orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006, pp. 333-350.
4. Silva G (Org.). *Antropologia extramuros: Novas possibilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15, 2008.
5. Fleischer S., Carneiro F. Um relato do projeto de extensão 'Construindo ambientes saudáveis': Entendendo as diferentes casas que nos abrigam. *Tempus - Actas em Saúde Coletiva*, 4 (4): 2009, pp. 149-157.
6. Montagner MÂ. Análise comparativa do perfil discente e docente dos novos campi no Reuni da UnB. Projeto de pesquisa em desenvolvimento. UnB, 2009.
7. Fleischer S. Parteias, buchudas e aperrérios: Uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
8. Montagner MÂ, Santos CE, Fleischer S, Montagner MI, Karnikowski MGO. A graduação em

Saúde Coletiva no Brasil: um estudo de caso da UnB - Ceilândia. *Saúde Coletiva* (Barueri). 2010; 42:167-72.

9. Donnangelo MCF. *Medicina e sociedade. O médico e seu mercado de trabalho*. São Paulo: Pioneira, 1975.

10. Luz MT. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro: Graal; 1979.

11. Nunes ED. *As ciências sociais e a saúde: o pensamento recente de alguns pesquisadores*. In: Canesqui AM (Org.). *Dilemas e desafios das ciências sociais na saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; 1995. p. 53-61.

12. Alves PC. *La antropología médica en el Brasil y el problema de la interdisciplinariedad en los estudios sobre salud*. In: Briceño-Leon R, coordenador. *Ciencias Sociales y salud en América Latina: um balance*. Caracas: Fundación Polar; 1999. p. 187-96.

13. Canesqui AM. *Os estudos de antropologia da saúde/doença no Brasil na década de 1990*. *Ciência Saúde Coletiva* 8, 2003, pp.109-24.

14. Latour B. *The science wars: A dialogue*. *Common Knowledge*, 8 (1), 2002, pp. 71-79.

15. Evans-Pritchard E. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

16. Bonetti A. *A ONG e a antropóloga - da experiência etnográfica à experiência profissional*. Porto Alegre, 2002. http://www.ufrgs.br/naci/documentos/humanas_bonetti.pdf

17. Schuch P. *Antropologia em campos up. Trabalho apresentado no Ciclo de Debates "Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo", no Núcleo de Antropologia e Cidadania, Porto Alegre, 10/11/2007*.

18. Rial CSM. *Auto-ajuda didático-administrativa para se pensar o ensino da antropologia*. In Grossi MP; Tassinari A; Rial C (Orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006, pp. 425-439.

Artigo apresentado em 15/01/2011

Aprovado em 23/05/2011